



2671-AL
SANTO-ANDRÉ

HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
AMÉRICO FREIRE
COORDENAÇÃO

A IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO, A GUERRA COLONIAL E A DESCOLONIZAÇÃO EM ÁFRICA

FERNANDO TAVARES PIMENTA¹

Este texto coloca em perspectiva a forma como a historiografia portuguesa abordou algumas das temáticas mais controversas e fracturantes da História de Portugal no Século XX, nomeadamente a questão da natureza ideológica do Estado Novo, a sua dimensão colonialista, a guerra colonial e a descolonização em África. Claramente, não faremos aqui o “estado da arte” dos estudos sobre o Estado Novo, nem sobre o problema colonial, na medida em que não é esse o objectivo deste texto. Contudo, teremos em consideração os estudos que julgamos mais relevantes para uma melhor compreensão dos problemas em análise.

A natureza ideológica do regime criado por Salazar é um dos assuntos mais focados pela historiografia portuguesa, mas também um dos mais controversos e que menos consensos reúne entre os historiadores. Na verdade, há uma “interminável” discussão académica sobre a classificação e a integração da ditadura salazarista na categoria histórica-política do fascismo. A este respeito, há duas perspectivas principais: a primeira de que o Estado Novo foi um regime fascista; a segunda de que o Estado Novo foi um regime autoritário de direita, mas não propriamente fascista. Após o 25 de Abril de 1974, predominou a primeira perspectiva entre o mundo académico português, influenciado

¹ Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC). Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

talvez pelo ambiente político subsequente à “revolução dos cravos”. Assim, no primeiro congresso que se realizou no país sobre o tema do “Fascismo em Portugal”, em 1980, prevaleceu a ideia de que o salazarismo tinha sido uma variante do fascismo e que, muito embora tenha recebido o poder dos militares, Salazar tinha operado uma autêntica fascização do Estado. Neste sentido, o governo de Salazar teria sido um governo servidor e criador do fascismo².

No entanto, em 1986, no congresso intitulado “O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia”, o problema foi tratado de forma diferente pelos historiadores, havendo uma certa divisão entre os académicos portugueses em torno das opiniões expressas por dois investigadores estrangeiros, Stuart Woolf e Stanley G. Payne. Embora não de forma taxativa, Woolf colocou o salazarismo no campo do fascismo, em virtude das suas relações de proximidade com os regimes de Mussolini e de Franco, sobretudo ao nível do aparato repressivo, orientação política e ideias corporativas. Pelo contrário, Stanley G. Payne classificou o Estado Novo como um regime organicista moderado ou corporativo, mas não propriamente fascista³. Esta perspectiva foi gradualmente conquistando adeptos entre os portugueses, mas alguns renomados historiadores – por exemplo João Medina⁴, Luís Reis Torgal⁵ e Fernando Rosas – mantêm a opinião de que o salazarismo foi uma variante do fascismo.

Paralelamente, Fernando Rosas procurou fornecer uma interpretação de tipo económico-social sobre as origens, a evolução e as características políticas da ditadura salazarista⁶. Para Fernando Rosas, o Estado Novo foi a resposta política do capitalismo português à crise económica, social e política que o país atravessava na fase final da 1.ª República. Segundo Rosas, a classe

² AA.VV. – *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

³ AA.VV. – *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959* (2 volumes). Lisboa: Fragmentos, 1987. Veja-se também Stuart Woolf – *European Fascism*. Londres: 1968.

⁴ João Medina – *Salazar em França*. Lisboa: Ática, 1977; João Medina – *Salazar e os fascistas*. Lisboa: Bertrand, 1978.

⁵ Luís Reis Torgal – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

⁶ Fernando Rosas – *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*. Lisboa: Estampa, 1986; Fernando Rosas – *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do impacto da Segunda Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Estampa, 1990.

dominante enfraquecida decidiu construir um novo tipo de poder político – um “Estado novo” dotado de força suficiente para subordinar o operariado, sanar os dissídios no seio da classe dominante e entre esta e os estratos intermédios, adoptar medidas económicas urgentes e garantir a estabilidade do sistema, uma tarefa que o Estado liberal se mostrava incapaz de cumprir. A este respeito, Rosas não tem dúvidas em considerar que o salazarismo se impôs como um regime do conjunto da oligarquia, com o apoio de sectores significativos das classes médias, unidos no consenso em torno da estabilidade política de um Estado forte, capaz política e financeiramente de intervir na economia, protegendo e arbitrando grupos e tensões. Na perspectiva desse historiador, o Estado Novo foi o produto da transição ao desenvolvimento do capitalismo português e uma resposta à crise económica, social e política patente no final da 1.^a República. A política económica e social da ditadura teria sido assim caracterizada por um consenso entre os grupos sociais dominantes e por uma intervenção arbitral do Estado, com o objectivo de concertar estratégias de conservação social. Porém, algo paradoxalmente, o Estado Novo teria limitado o desenvolvimento do capitalismo português, porque teve de reprimir os interesses do capital industrial para não afectar os interesses agrários e não tocar na propriedade fundiária. Todos teriam prosperado, mas modestamente, de modo a manter um equilíbrio entre todos os grupos dominantes, sob a autoridade arbitral do Estado. A ideologia do regime teria reforçado esse conservadorismo social e bloqueado o desenvolvimento industrial e tecnológico do país pelo menos até à década de 1940.

Num quadro analítico distinto, António Costa Pinto considerou que o fascismo português foi representado autenticamente pelo movimento político dos “Camisas Azuis” de Rolão Preto e que o Estado Novo apenas absorveu alguns dos seus elementos, ao mesmo tempo que matou quaisquer veleidades de transformação da ditadura militar num verdadeiro regime fascista⁷. António Costa Pinto revelou assim a existência de um fascismo não hegemónico, que viveu durante algum tempo nas margens da ditadura, até ao momento em que foi politicamente absorvido pelo regime salazarista, onde confluiu com outras

⁷ António Costa Pinto – *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa, 1994.

correntes políticas de pensamento e perdeu grande parte das suas características originais. Refira-se ainda que António Costa Pinto recorreu a uma metodologia de carácter comparativo na sua investigação, o que contribuiu para uma clarificação da colocação da ditadura portuguesa no quadro dos regimes ditatoriais de direita da Europa Meridional, Central e Balcânica⁸.

Por outro lado, Manuel Braga da Cruz considerou o Estado Novo um regime fundamentalmente nacionalista, corporativo e católico, mas não confessional, porque o catolicismo nunca foi declarado religião oficial do Estado (ao contrário do que aconteceu na Espanha de Franco). Porém, Braga da Cruz admitiu que o salazarismo foi, num certo sentido, uma “inversão” fascizante da democracia cristã, na medida em que foi no movimento católico português que se geraram os fermentos nacionalistas, anti-parlamentares e corporativos que inspiraram o Estado Novo⁹. Por último, podemos citar algumas das considerações bastante “provocatórias” de Jacques Georgel, que considerou o salazarismo “o puro produto da sociedade rural portuguesa do final do século XIX”. Segundo Georgel, Salazar era hostil ao parlamentarismo liberal e à democracia, mas era igualmente contrário ao cesarismo pagão do fascismo italiano e do nazismo de Hitler, por ser incompatível com o seu catolicismo. Assim, as ideias de Salazar podem ser sintetizadas em cinco palavras chave: “Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho”. Para Georgel, Salazar considerava inútil – senão mesmo perigoso – melhorar a situação económica, social e política do país e a sua vontade era a de que os “portugueses vivessem habitualmente”, num misto de “paz, tranquilidade, imobilismo e miséria”. Georgel concluiu ainda que o poder salazarista tinha sido sustentado acima de tudo pela Igreja Católica e pelas confederações patronais da indústria, agricultura e comércio¹⁰.

Dito isto, não temos a pretensão de resolver aqui o problema da classificação política do Estado Novo, nem esse é o objectivo deste artigo. Mas também não nos podemos abster de exprimir a nossa posição sobre a natureza política

⁸ António Costa Pinto – *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Estampa, 1992.

⁹ Manuel Braga da Cruz – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/GIS, 1980.

¹⁰ Jacques Georgel – *Le Salazarisme – Histoire et bilan*. Paris: 1981.

e ideológica da ditadura salazarista. Na nossa perspectiva, o Estado Novo foi um regime autoritário de direita que incorporou um conjunto substancial de elementos do fascismo italiano (sobretudo ao nível do aparato repressivo e da ideologia corporativa), mas cuja matriz política foi principalmente nacionalista-colonial, reaccionária (no sentido de anti-moderna), conservadora (em termos políticos e sociais) e católica (no sentido clericalista, mas não confessional). Isto significa que, muito embora o salazarismo tenha ido buscar grande parte da sua inspiração política ao fascismo italiano, o Estado Novo não foi um regime verdadeiramente totalitário. É que para além da ausência de um Partido-Estado forte, criador do regime, houve uma diferença entre os regimes italiano e português que para nós é fundamental: o fascismo foi uma ideologia modernizadora e o produto duma sociedade industrial que se pretendia libertar do peso das instituições tradicionais. O fascismo pretendia assim uma transformação total da sociedade italiana no sentido da sua modernização; uma modernização pilotada e controlada pelo Estado. Assim, o fascismo foi um corte com a tradição, em nome da modernidade. O salazarismo, pelo contrário, foi o produto de uma sociedade fortemente marcada – e condicionada – pela ruralidade e quis manter a todo o transe a ordem social estabelecida e as instituições tradicionais, protegendo-as dos fermentos dissolventes de um parlamentarismo liberal que já não servia eficazmente os interesses das classes dominantes. A cooptação de elementos fascistas nunca modificou esta matriz profundamente reaccionária, tradicionalista e conservadora do Estado Novo. Como tal, Salazar foi acima de tudo o homem encontrado pela oligarquia burguesa-aristocrática portuguesa para recolocar o “país na ordem”. “Ordem” que tinha sido duramente afectada por anos de instabilidade governativa e militar e pelo crescimento de tensões sociais e políticas no seio da sociedade portuguesa durante a 1.ª República¹¹.

Mas há ainda outra especificidade que afasta o regime salazarista das demais experiências autoritárias e totalitárias dos outros países europeus e que não tem sido devidamente considerada por uma parte significativa da historiografia portuguesa. Trata-se do factor colonial, que marcou de forma indelével a história do Estado Novo, desde a sua formação até ao momento da

¹¹ João Ameal – *A revolução da ordem*. Lisboa: 1932.

sua queda em 25 de Abril de 1974. Com efeito, o colonialismo foi um factor central na definição enquanto tal do regime salazarista, bem como um elemento de diferenciação em relação aos outros regimes autoritários europeus de inspiração fascista. Por exemplo, em Espanha, o factor colonial teve um peso diminuto e na Europa Central e Oriental foi praticamente inexistente. Mesmo no caso italiano, o factor colonial só jogou um papel significativo já muito tardiamente, no segundo lustro da década de 1930, quando o regime de Mussolini estava perfeitamente consolidado. O Estado Novo foi possivelmente a única ditadura de cariz colonial ou, se preferirmos, colonialista, na medida em que nasceu com o objectivo declarado de salvaguardar o património colonial português das ambições estrangeiras e de o converter num grande Império. A ideologia do regime português foi por isso colonialista desde o seu início até ao momento do seu desaparecimento em 1974.

Esta especificidade do regime salazarista prende-se com as características do nacionalismo português, que na sua essência era profundamente colonialista. Este nacionalismo colonialista teve a sua origem nas políticas expansionistas monárquicas da segunda metade do século XIX, mas foram os republicanos que o exacerbaram do ponto de vista ideológico, transformando-o num dos vectores principais da sua política. O Estado Novo herdou essa forma de nacionalismo colonialista dos republicanos, exaltando-o ao extremo. Daí que o regime salazarista tenha institucionalizado o colonialismo como sendo parte da “essência da Nação Portuguesa” mediante a promulgação do Acto Colonial¹² em 1930, o qual foi integrado no dispositivo constitucional português e reproduzido na Carta Orgânica do Império Colonial Português em 1933¹³.

Neste sentido, o Estado Novo não só completou o edifício político e de exploração económica do Império colonial¹⁴, como com ele se identificou em

¹² Ministério das Colónias – *Acto Colonial*, decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930.

¹³ Ministério das Colónias – Carta Orgânica do Império Colonial Português, promulgada por decreto-lei n.º 23.228, de 15 de Novembro de 1933.

¹⁴ Salazar foi o fiel executor da estratégia económica definida pela oligarquia metropolitana para as colónias. Uma estratégia que visava a máxima exploração dos recursos económicos das colónias para benefício quase exclusivo dos interesses metropolitanos e em detrimento das necessidades das populações coloniais, estando nestas incluídos os colonos brancos. Cf. Gervase

termos ideológicos, afirmando-se como uma espécie de Estado-Império Luso-Africano. Mas uma tão forte identificação acabou por bloquear – e estrangular – a própria ditadura, cuja sorte passou a ser decidida nos imensos sertões africanos a partir de 1961, data do início da guerra colonial em Angola. Incapaz de resolver o problema da guerra e, por isso mesmo, incapaz de se transformar internamente, a ditadura colonial caiu “miseravelmente” em 25 de Abril de 1974, abrindo o caminho a uma rápida descolonização do Império. Assim, uma tão longa identificação do Estado-Império com a ditadura salazarista conduziu ao fim histórico de ambos no biénio 1974/1975.

No entanto, a maioria dos historiadores que estudaram o Estado Novo – particularmente os que se debruçaram sobre a sua natureza ideológica – não aprofundou esse carácter fortemente colonialista da ideologia salazarista. Regra geral, os académicos que estudaram o salazarismo concentraram-se exclusivamente na análise da realidade metropolitana, que foi entendida isoladamente da realidade colonial. O inverso também aconteceu com os historiadores do colonialismo português, embora neste caso sejam mais frequentes as referências à situação política metropolitana, sendo um dado adquirido a centralidade do papel desempenhado pelo Estado Novo na estruturação do Império Colonial Português em África. Mas a verdade é que poucos foram os historiadores que tentaram compreender unidamente as duas realidades, ou seja a metropolitana e a colonial. Foi aliás com o objectivo de superar essa dicotomia que publicámos um livro intitulado *Portugal e o Século XX. Estado Império e Descolonização, 1890-1975*¹⁵, onde fizemos uma análise da história política portuguesa na base da profunda inter-relação entre o país metropolitano e o país colonial, este último constituído por várias formações sociais heterogéneas.

Contudo, raros foram os historiadores que estudaram a vertente colonialista da ideologia do Estado Novo. Uma excepção é representada por Cláudia Castelo, que é autora de um livro sobre a recepção e a instrumentalização

Clarence-Smith – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985; António José Telo – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.

¹⁵ Fernando Tavares Pimenta – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

política do luso-tropicalismo pelo regime salazarista¹⁶. Porém, o luso-tropicalismo representou apenas uma fase da ideologia colonial portuguesa, já num momento avançado da história do regime. Pelo menos até ao final da 2.ª Guerra Mundial a ideologia salazarista no âmbito colonial foi marcada por outras ideias de carácter rácico. Ideias essas que valorizavam as chamadas “diferenças biológicas” entre raças, estabelecendo uma hierarquia racial entre grupos somáticos distintos. Em concomitância com o que se passava no resto da Europa, o racismo adquiriu uma espécie de estatuto político que era justificado por argumentos de carácter científico fornecidos desde logo pela etnologia. Ora, está ainda por estudar o peso da raciologia – a “ciência da raça” – na estruturação da ideologia colonial do Estado Novo nas décadas de 1930 e 1940, ou seja no momento de máxima afirmação imperialista do nacionalismo português na sua versão “estado-novista”. Fundamental aqui seria fazer a história da raciologia em Portugal, dando especial enfoque ao trabalho realizado pelo antropólogo Mendes Correia¹⁷, que foi um dos seus maiores expoentes no país.

Por outro lado, seria muito importante estudar a forma como a raça e o racismo influenciaram a construção do edifício colonial, nomeadamente a produção de uma cultura colonial com consequências nos campos identitário, ideológico e até jurídico. Damos apenas dois exemplos. O primeiro é de carácter jurídico e refere-se ao famigerado Estatuto do Indigenato¹⁸. Este diploma foi o instrumento jurídico que consagrou a divisão da população das colónias em duas categorias distintas: os civilizados e os indígenas. Assim, os brancos, só porque eram brancos, eram classificados automaticamente como civilizados, enquanto os pretos (e até certo ponto os mestiços) tinham de provar a sua civilização por meio de testes estabelecidos pelas autoridades coloniais e, se fossem aprovados, tornar-se-iam assimilados. Isto significa que o colonialismo

¹⁶ Cláudia Castelo – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

¹⁷ António Augusto Mendes Correia – *Raças do Império*. Porto: Portucalense, 1943.

¹⁸ Ministério das Colónias – *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, decreto n.º 12.533, de 23 de Outubro de 1926; Ministério do Ultramar – *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, promulgado por decreto-lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954.

português pressupunha que os pretos eram *a priori* incivilizados, sendo por isso remetidos para a categoria de indígenas. Daqui se verifica que o sistema jurídico colonial português era eminentemente biopolítico¹⁹. Escusado será dizer que as diferenças em termos de direitos entre civilizados e indígenas eram enormes. Basta referir que os primeiros eram cidadãos portugueses, enquanto os indígenas eram meros sujeitos coloniais sem direitos cívicos nem políticos e compelidos ao trabalho obrigatório pelas autoridades coloniais.

O segundo exemplo diz respeito às identidades sociais e políticas dos colonos brancos – quase todos de origem portuguesa – em Angola. Na verdade, nos censos populacionais e noutras operações de contagem e de classificação da população, as autoridades portuguesas dividiram a minoria branca em dois grupos distintos, restringindo a categoria de branco somente aos colonos naturais da metrópole. Por oposição, os brancos nascidos na colónia foram racialmente classificados como euro-africanos. Uma categoria ambígua que por vezes tendia a englobar os mestiços mais claros, filhos de colonos, mas que se afastava decisivamente do grupo representado pelos metropolitanos, cuja “pureza racial” não estaria contaminada pelo lugar de nascimento. Claramente, os euro-africanos não gozavam exactamente dos mesmos direitos dos brancos metropolitanos, sendo notória a existência de discriminação na escola e no local de trabalho, ao ponto de serem preteridos na administração colonial a favor dos metropolitanos. Os argumentos raciais desempenhavam assim mais uma vez um papel significativo na introdução de elementos de desagregação identitária e de oposição política na sociedade colonial, no quadro de uma lógica institucional caracterizada pelo velho princípio romano do *divide et impera*. Mas, ao mesmo tempo, essa lógica contribuiu para o aparecimento de identidades políticas de carácter reactivo ao colonialismo português, inclusivamente entre os colonos, sendo disso um reflexo evidente a formação de uma corrente nacionalista euro-africana favorável à independência da colónia entre os brancos naturais de Angola²⁰.

¹⁹ Michel Foucault – *Nascita della biopolitica (corso al Collège de France anni 1978-1979)*. Milano: Feltrinelli, 2005.

²⁰ Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

Mas há outras vertentes da ideologia colonial do Estado Novo que estão também por analisar numa óptica historiográfica. É o caso da doutrina integracionista, nascida na década de 1950 e que manteve um peso notável até 1974, apesar de não ser compartilhada por algumas figuras de peso da ditadura, tais como Armindo Correia, Adriano Moreira e Marcelo Caetano. O integracionismo foi a fórmula encontrada pelo regime para ludibriar as instâncias internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, que pedia aos seus membros a aplicação de medidas concretas no sentido de preparar a autonomização – e depois a descolonização – dos respectivos territórios coloniais. Essa pressão internacional com vista à descolonização dos Impérios europeus era favorecida pelas grandes potências, Estados Unidos da América e União Soviética, que estavam interessadas em substituir a tutela europeia pela sua própria hegemonia política e económica na Ásia e em África. Foi pois neste contexto que Salazar modificou o estatuto político das colónias portuguesas, integrando-as constitucionalmente na Nação na qualidade de províncias ultramarinas. A 11 de Junho de 1951, a lei n.º 2.048 suprimiu o Acto Colonial, incorporando-o na Constituição Portuguesa com o título *Do Ultramar Português*. Portugal deixou – formalmente – de possuir colónias, que passaram a ser designadas de províncias ultramarinas, ao passo que a expressão Império Colonial Português deu lugar à designação “Ultramar Português”. Com esta manobra, Salazar pretendia “demonstrar” às instâncias internacionais a inexistência de “territórios não autónomos” sob administração portuguesa. Uma afirmação que se tornou recorrente após a admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas em 1955. Assim, usando argumentos jurídicos de carácter constitucional, o Estado Novo afirmou solenemente a unidade da Nação Portuguesa – o “Portugal do Minho a Timor” – , dado que as províncias ultramarinas eram formalmente parte integrante de Portugal²¹.

Esta manobra política do regime teve escasso sucesso no plano internacional, mas o mesmo não se poder dizer no plano interno. De facto, a fórmula constitucional encontrada por Salazar para legitimar a conservação

²¹ José Calvet de Magalhães – *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

da integridade do Império colonial acabou por fazer um vasto número de prosélitos, sobretudo entre os sectores mais conservadores do Estado Novo. Com base nesse diploma nasceu uma importante corrente doutrinária de pensamento colonial que se apresentou como sendo integracionista. Os integracionistas rejeitavam qualquer forma de autonomia política das colónias e propunham, no seu lugar, uma total integração administrativa entre a metrópole e as chamadas províncias ultramarinas. Na prática, esta integração administrativa resultaria num reforço do centralismo político de Lisboa. O Professor da Universidade de Coimbra Pacheco do Amorim foi um dos mais significativos pensadores da corrente integracionista, tendo escrito a esse respeito numerosos livros²². Os integracionistas dispunham também de uma forte representação na Assembleia Nacional e no governo de Salazar, entre os quais o Ministro de Estado José Correia de Oliveira, que se opôs tenazmente às tentativas de reforma esboçadas por Adriano Moreira (1961-1962), no sentido de uma gradual autonomização das colónias. Os integracionistas opuseram-se enfim às reformas de Marcelo Caetano, apodando-o de “traidor à pátria” e contando para o efeito com o apoio do Presidente da República, Américo Tomaz, e de alguns oficiais das Forças Armadas, entre os quais o General Kaúlza de Arriaga.

Neste contexto, os integracionistas conseguiram bloquear qualquer solução política que visasse a autonomização das colónias. Mas, ao minarem as reformas das estruturas político-administrativas do Estado colonial, os integracionistas impediram a resolução do problema colonial no quadro político do Estado Novo e cavaram a cova do regime e do Império. Isto porque o fracasso do processo de auto-reforma do colonialismo português impediu o aparecimento de uma solução política para o problema da guerra colonial, não deu resposta às pressões da comunidade internacional no sentido da descolonização e não fez nenhuma concessão às reivindicações políticas dos grupos nacionalistas das colónias portuguesas. Como tal, os integracionistas tiveram um peso muito significativo na definição das políticas do regime nas décadas de 1950,

²² Fernando Pacheco do Amorim – *Três caminhos da política ultramarina*. Coimbra: Ed. do Autor, 1962; Fernando Pacheco do Amorim – *Unidade ameaçada: o problema ultramarino*. Coimbra: F. Amorim, 1963; Fernando Pacheco do Amorim – *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*. Coimbra: Ed. do Autor, 1971.

1960 e 1970, condicionando no seu todo a evolução da ditadura. Por isso, o estudo desta corrente é indispensável para a obtenção de um conhecimento mais estruturado sobre o Estado Novo, a sua natureza ideológica e os grupos e correntes políticas que lutaram pela hegemonia dentro da própria ditadura.

Intimamente relacionado com o fim do regime está o problema da guerra colonial, um assunto que durante muito tempo foi pouco focado pela historiografia portuguesa. Essa carência de estudos – que só agora começa a ser suprida – foi aliás um problema que abrangeu grande parte da história do colonialismo português em África. Neste sentido, foi só muito recentemente que apareceu uma verdadeira historiografia sobre a guerra colonial, em parte devido ao esforço pessoal de alguns militares com formação historiográfica. Destacamos neste campo os trabalhos publicados por Matos Gomes e Aniceto Afonso, que constituíram um importante salto qualitativo no conhecimento sobre o assunto, em especial no que diz respeito aos aspectos militares²³. Esses aspectos militares também foram largamente desenvolvidos por John P. Cann, um académico estrangeiro que se debruçou sobre “o modo português de fazer a guerra”²⁴. Paralelamente, recorrendo a um grande número de entrevistas e de depoimentos orais, José Freire Antunes também deu um contributo significativo para um conhecimento mais abrangente da história da guerra colonial²⁵. Outros aspectos da guerra, que não a faceta propriamente militar, têm sido analisados de forma avulsa por alguns historiadores portugueses. Por exemplo, Nuno Mira Vaz²⁶ debruçou-se sobre as opiniões públicas durante a guerra de África, ao passo que Pedro Aires de Oliveira²⁷ analisou a política britânica relativamente ao problema colonial português de 1945 a

²³ Aniceto Afonso; Carlos Matos Gomes – *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000 ; Aniceto Afonso – *Os anos da guerra colonial*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

²⁴ John P. Cann – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997.

²⁵ José Freire Antunes – *A guerra de África, 1961-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

²⁶ Nuno Mira Vaz – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

²⁷ Pedro Aires de Oliveira – *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

1974. Existem também alguns estudos sobre a posição das Igrejas cristãs face à guerra colonial, destacando-se neste âmbito o livro de Pedro Ramos Brandão sobre a Igreja Católica em Moçambique²⁸. Outro estudo muito significativo é o de Dalila Cabrita Mateus sobre o papel da polícia política portuguesa – a PIDE/DGS – na guerra colonial²⁹.

Relativamente às guerrilhas nacionalistas que fizeram a guerra aos portugueses, o crescimento da literatura científica sobre o tema deve-se em parte ao trabalho dos próprios africanos, que começaram a escrever sobre a sua história recente, mas também a alguns portugueses. Entre os africanos destacamos o papel pioneiro de Mário Pinto de Andrade³⁰, que foi precursor na sua análise sobre as origens do nacionalismo africano nas colónias portuguesas e na história do MPLA. No caso angolano há já um número consistente de obras sobre o MPLA e a luta de independência, destacando-se nesta área os trabalhos de Jean-Michel Mabeko Tali³¹ e de Carlos Pacheco³². Em Moçambique e na Guiné Bissau tem também crescido o interesse pela história da Frelimo, do PAIGC e dos seus líderes mais carismáticos, em particular Amílcar Cabral³³. Entre os portugueses, sublinhamos o estudo realizado por Dalila Cabrita Mateus sobre as elites fundadoras do MPLA, da Frelimo e do PAIGC³⁴. Da nossa parte, procurámos dar um contributo no sentido de uma maior clarificação da questão do nacionalismo angolano em alguns livros que publicámos sobre o fenómeno

²⁸ Pedro Ramos Brandão – *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974*. Lisboa: Notícias, 2004.

²⁹ Dalila Cabrita Mateus – *A PIDE na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

³⁰ Mário Pinto de Andrade – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

³¹ Jean-Michel Mabeko Tali – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 volumes). Luanda: Nzila, 2001.

³² Carlos Pacheco – *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega: 1997.

³³ Patrick Chabal – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; Julião Soares Sousa – *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Nova Vega, 2011.

³⁴ Dalila Cabrita Mateus – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 2001.

nacionalista entre os brancos de Angola, salientando o papel desempenhado pela Frente de Unidade Angolana (FUA) na luta contra o colonialismo português³⁵. Demos também um contributo para a compreensão da luta travada entre facções distintas no seio do MPLA, cada uma das quais com diferentes estratégias e orientações políticas relativamente à questão do nacionalismo angolano e à forma como deveria ser conduzida a guerra contra o colonialismo português³⁶.

No entanto, há aspectos da guerra colonial que ainda não foram suficientemente estudados em termos historiográficos. Desde logo, a questão do impacto da guerra no seio das sociedades coloniais de Angola, da Guiné e de Moçambique, nomeadamente entre as minorias brancas e as classes intermédias mestiças e pretas assimiladas. Não há também uma análise da forma como o problema da guerra foi tratado pela imprensa das colónias, o que seria essencial para avaliar o grau de consciência política que as populações coloniais tinham do problema. Outra vertente que está ainda por estudar é a questão da “guerra psicossocial”, uma das principais estratégias desenvolvidas pelos portugueses para subtrair os africanos à influência das guerrilhas nacionalistas. Outro assunto de grande significado é o da cooperação – ou mesmo da colaboração – entre os portugueses e as forças sul africanas e rodesianas no desenvolvimento de uma estratégia regional de luta às guerrilhas nacionalistas africanas na África Austral. Uma estratégia que visava a manutenção de um “bastião branco” no Sul do continente africano, mas que abortou com o 25 de Abril de 1974 em Portugal e a subsequente dissolução do Império Colonial Português.³⁷

Este ponto conduz-nos directamente à questão da descolonização portuguesa em África. Não obstante a sua indiscutível relevância histórica, a produção científica sobre a descolonização é ainda relativamente escassa e de pou-

³⁵ Fernando Tavares Pimenta – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005; Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

³⁶ Fernando Tavares Pimenta – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

³⁷ Veja-se a este respeito: Aniceto Afonso; Carlos Matos Gomes – *Alcora. O Acordo secreto do colonialismo*. Lisboa: Divina Comédia, 2013.

ca profundidade analítica, situação que contrasta com a relativa abundância de literatura não científica sobre a matéria. Senão vejamos.

Nos anos imediatamente subsequentes à descolonização houve um “surto” de publicação de livros sobre o fim do Império Português³⁸. Mas estas publicações estavam intimamente ligadas à esfera política, na medida em que procuravam justificar determinadas actuações, legitimar certos grupos políticos ou construir mitos, como por exemplo o da conspiração nacional e internacional contra Portugal. Havia assim uma acentuada promiscuidade entre a produção literária e a esfera política, no sentido em que a história era usada de forma mais ou menos “descarada” para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos.

Posteriormente, surgiu uma literatura de carácter memorialístico – rapidamente elevada ao estatuto de “história semi-oficial” – , constituída por livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais publicados por militares, políticos e administradores portugueses e africanos envolvidos no processo de descolonização. Podemos citar aqui alguns exemplos: *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*, de Pedro Pezarat Correia³⁹; *Angola: anatomia de uma tragédia*, do General Silva Cardoso⁴⁰; *A vertigem da descolonização*, do General Gonçalves Ribeiro⁴¹; e as mais recentes *Quase memórias* de António Almeida Santos⁴². Claramente, essas “narrativas históricas” constituem fontes preciosas para a reconstrução do processo histórico, mas não podem substituir uma produção

³⁸ Entre os muitos livros publicados no rescaldo da descolonização citamos, a título meramente ilustrativo, os seguintes: Pompílio da Cruz – *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976; Jorge Jardim – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976; Luiz Aguiar – *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977; Sá Pereira – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977; João dos Reis – *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*. Queluz: Literal, [s.d.]; Mello Machado – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d].

³⁹ Pedro Pezarat Correia – *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*. Lisboa: Inquérito, 1991.

⁴⁰ General Silva Cardoso – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001.

⁴¹ General Gonçalves Ribeiro – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.

⁴² António Almeida Santos – *Quase memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

científica – assente em bases de investigação rigorosa – sobre a descolonização. Paralelamente, essas obras veiculam versões altamente personalizadas – e obviamente politizadas – da história da descolonização, na medida em que os seus autores foram agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação historiográfica, pelo que não existe o necessário distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento. Por isso, a sua utilização pelo historiador implica a realização duma acurada crítica das fontes para evitar as “armadilhas” da memória e da política. Como tal, o historiador terá de saber pô-las em perspectiva, para poder analisá-las. Refira-se, contudo, que os maiores responsáveis por esta confusão entre memorialismo e história foram os próprios historiadores que durante muito tempo se obstinaram a não tratar este tema central da história recente de Portugal e das suas antigas colónias em África. As razões dessa obstinação não são de todo claras, mas talvez estejam relacionadas com o facto da descolonização ser um assunto muito delicado do ponto de vista político.

Neste contexto, raros foram os académicos que se debruçaram sobre a descolonização portuguesa. Pioneiro nesta área foi o literato angolano Mário António Fernandes de Oliveira, que coordenou uma primeira obra colectiva sobre o tema intitulada *A Descolonização Portuguesa. Aproximação de um Estudo*. Porém, não houve da parte dos autores o necessário distanciamento científico em relação à “história-realidade”, pelo que, o trabalho apresenta variadas limitações do ponto de vista metodológico. Franz-Wilhelm Heimer foi outro dos pioneiros neste campo, ainda que a sua análise se tenha circunscrito ao caso angolano. Heimer estudou a descolonização de Angola numa perspectiva sociológica e com base quase exclusivamente em fontes jornalísticas, de modo que o seu livro providencia uma visão muito parcelar do processo de dissolução do Império Colonial. Embora não estudando directamente o processo de descolonização, Alfredo Margarido lançou algumas boas pistas de reflexão sobre o assunto, defendendo a tese de que não houve uma autêntica descolonização, mas simplesmente a vitória das guerrilhas independentistas sobre o poder colonial português. Para Margarido, descolonização significa que foram os colonizadores portugueses que “libertaram” as populações africanas dominadas, descolonizando-as. Ao invés, na opinião desse académico português, a prática política do processo de dissolução do Império Colonial obedeceu a uma lógica

completamente diferente, no sentido de que não foram os portugueses que descolonizaram, mas os africanos que ganharam a guerra de independência. Esta visão da história da guerra colonial e da descolonização foi compartilhada por alguns académicos africanos, nomeadamente pelo moçambicano Aquino de Bragança⁴³.

No entanto, a tese de Alfredo Margarido não é sustentada por uma análise factual do processo de descolonização, na medida em que não há uma demonstração empírica da validade dessa hipótese. Na verdade, os factos apontam precisamente para o contrário, pelo menos no caso angolano. Em Angola, as guerrilhas independentistas estavam muito longe de derrotar as forças portuguesas em 1974. Assim, se politicamente a guerra colonial estava perdida desde o início para Portugal, do ponto de vista militar o exército português conseguiu neutralizar *de facto* as guerrilhas nacionalistas, empurrando-as para as fronteiras Norte e Leste de Angola. No início de 1974, Portugal dominava a maior parte do território angolano. Isto significa que o processo político da descolonização não foi tão linear como deu a entender Alfredo Margarido, não existindo uma relação directa de causa e efeito entre a efectiva situação militar no terreno e a descolonização de Angola.

Neste contexto, foi só no segundo lustro da década de 1990, no âmbito de um renovado interesse internacional pela história colonial portuguesa, que surgiram as primeiras sínteses históricas sobre a descolonização pela mão de dois académicos estrangeiros, Norrie MacQueen⁴⁴ e Josep Sanchez Cervelló⁴⁵. As obras publicadas por estes dois investigadores constituem sínteses muito significativas do ponto de vista didáctico e representaram um passo importante no sentido da obtenção de uma visão global do processo de descolonização. Porém, ambas revelam um pendor demasiado descritivo

⁴³ Veja-se a este respeito o capítulo de Aquino de Bragança em: WM. Roger Louis; Prosser Gifford (Ed. by) – *Decolonization and African Independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven/London: Yale University Press, 1988.

⁴⁴ Norrie MacQueen – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Londres: Longman, 1997.

⁴⁵ Josep Sánchez Cervelló – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanöles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.

e pouco problematizador dos factos históricos. Isto é, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas. Falta também uma análise das fontes primárias dos arquivos portugueses e estrangeiros. Entre os historiadores portugueses também cresceu o interesse sobre a descolonização na segunda metade da década de 1990. Em 1996, César de Oliveira publicou uma primeira abordagem ao tema⁴⁶ e, em 1999, deu à estampa o quinto volume da *História da Expansão Portuguesa*, denominado *Último Império e Recentramento, 1930-1998*, obra dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri. Bastante significativos do ponto de vista teórico foram os capítulos sobre a guerra colonial e o fim do Império Colonial da autoria de António Costa Pinto. Capítulos que serviram de base para a elaboração, pelo mesmo historiador, de dois livros de síntese sobre a matéria⁴⁷.

Mas estes livros, tal como a maioria da bibliografia existente sobre o assunto, continuam a ser deficitários em termos de investigação empírica nas bibliotecas e nos arquivos. Isto é, falta toda uma análise das fontes primárias, de arquivo, uma análise sistemática que deve estar na base de qualquer tentativa de reconstituição e de interpretação histórica do processo de descolonização. Um trabalho de sapa que ainda não foi feito por nenhum historiador, talvez porque só muito recentemente essas fontes tenham sido disponibilizadas pelos arquivos portugueses e estrangeiros. Uma das poucas excepções é representada pelo livro de Witney Schneidman⁴⁸ sobre a intervenção americana na descolonização portuguesa, que para o efeito consultou alguma documentação dos arquivos americanos. Da nossa parte, procurámos preencher essa lacuna para o caso angolano com a análise da documentação diplomática britânica do *Foreign and Commonwealth Office*, produzida pela Embaixada

⁴⁶ César de Oliveira – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

⁴⁷ António Costa Pinto – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; António Costa Pinto; Stewart Lloyd-Jones – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.

⁴⁸ Witney W. Schneidman – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.

Britânica em Lisboa e pelo Consulado Geral Britânico em Luanda durante o ano de 1974⁴⁹. Relativamente aos arquivos portugueses, existe um problema real de acesso às fontes, sendo disso um exemplo o arquivo do Ministério da Coordenação Interterritorial, cuja documentação está dispersa por várias instituições e não se encontra em larga medida disponível para consulta. Outro exemplo é representado pela documentação da Comissão Nacional de Descolonização, criada por Spínola em 1974, cujo paradeiro é dado como incerto. Tratam-se de algumas dificuldades e mesmo de contrariedades, mas que não podem inibir o historiador de fazer o seu trabalho de pesquisa.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, apesar das muitas hesitações e dificuldades originais, a historiografia deu nos últimos anos alguns passos significativos no sentido da construção de um conhecimento mais estruturado sobre o colonialismo português em África, inclusive sobre a descolonização. Num certo sentido, foram lançadas as primeiras bases para uma futura discussão historiográfica séria e rigorosa sobre o assunto. Tratam-se de meros caboucos, é certo. Mas com bons alicerces, a historiografia portuguesa poderá a médio prazo construir um edifício de amplo conhecimento sobre o processo de dissolução do Império Colonial Português.

⁴⁹ Veja-se a este respeito o sexto capítulo do nosso livro *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.